

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023



PGE

PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO DO PARÁ

RICARDO NASSER SEFER

Procurador-Geral do Estado

ANA CAROLINA LOBO GLUCK PAÚL

Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso

ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA

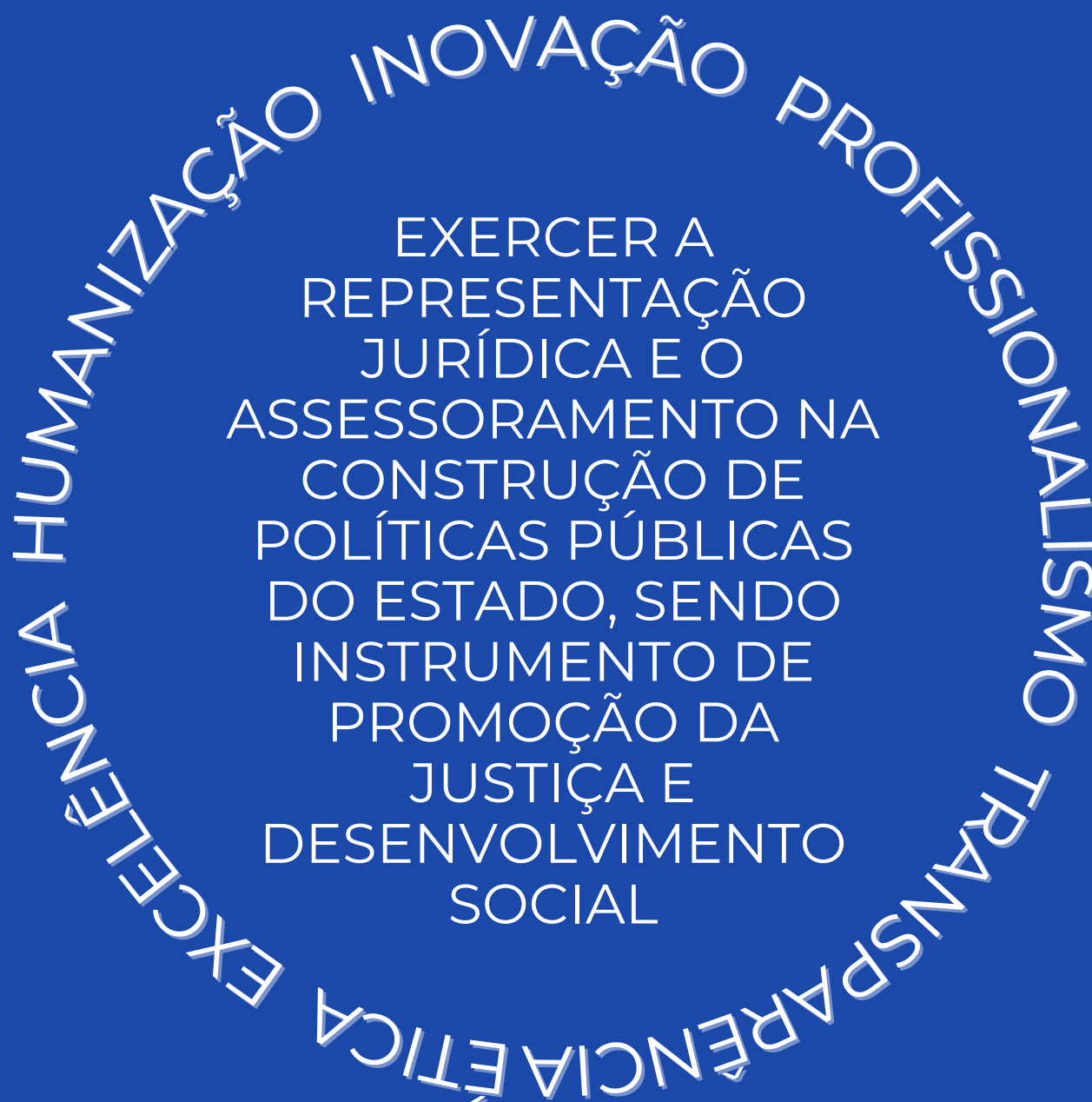
Procuradora-Geral Adjunta Administrativo

ANA CLAUDIA S. DOS SANTOS ABDULMASSIH

Corregedora-Geral

IÊDA ANDRADE FERNANDES ALVETTI

Coordenadora do Núcleo de Planejamento



SER MODELO DE ADVOCACIA PÚBLICA,
ESPECIALMENTE NA ATUAÇÃO
PREVENTIVA, CONCILIATÓRIA E
MULTIPLICADORA DE CONHECIMENTO
JURÍDICO.

SUMÁRIO

01.

MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL

02.

APRESENTAÇÃO

03.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

04.

DEFESA DE DIREITOS DO ESTADO

05.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

06.

GESTÃO DE PESSOAS

07.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Caro cidadão paraense,

O ano de 2023 representou um marco na história da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE/PA). A aprovação da Lei Estadual Nº 9880/2023 consolidou no órgão a gestão completa das áreas-meio e fim de todos os profissionais jurídicos efetivos, reafirmando o papel de instituição gestora dos servidores jurídicos dos Poderes, instituições autônomas e entidades do Pará.

São tempos desafiantes. Como toda política de Estado, os resultados virão a curto, médio e longo prazo, sempre dependentes de muito trabalho e dedicação das pessoas que constroem esse novo momento.

Ética, excelência, humanização, inovação e transparência são alguns dos valores que direcionam a atuação de todos que fazem e representam a PGE/PA.

Os números desse relatório representam uma gestão focada na valorização e qualificação das pessoas, crente nas técnicas de planejamento estratégico como instrumento de aprimoramento das instituições, focada na aproximação contínua do gestor na área de consultoria e prevenção, comprometida com os métodos alternativos de solução de conflitos como prioridade frente a judicialização desenfreada, tudo isso para permitir ganho de produtividade e eficiência na prestação do serviço público que nos compete.

Prestar contas é dever legal e obrigação moral de todos que lidam com coisa pública. A consolidação de informações a seguir demonstra à sociedade paraense que o investimento feito na sua Procuradoria-Geral tem valido a pena. Somos orgulhosos do que fizemos até aqui e ansiosos por apresentar o muito que está por vir.

Boa leitura!


 Procurador-Geral do Estado do Pará

A PGE/PA responde pela consultoria e representação judicial e extrajudicial do Estado do Pará. Sua missão contribui para o desenvolvimento da sociedade paraense mediante a defesa de direitos do Estado e promoção de justiça.

Com base nos valores ética, excelência, humanização, inovação, profissionalismo e transparência, a PGE/PA almeja tornar-se exemplo de excelência em advocacia pública, a partir da adoção de posturas cada vez mais preventivas, colaborativas e da disseminação de conhecimento jurídico.

Ao longo dos anos, tem consolidado seu papel e importância e, para este fim, conta com uma equipe de profissionais altamente capacitados e comprometidos, cujo trabalho tem se traduzido em inovações na prestação de serviços à sociedade.

Este relatório foi elaborado pelo Núcleo de Planejamento (Nuplan), a partir de uma construção coletiva com participação ativa de todos os Procuradores-Chefe, Chefes de Secretaria, Diretores, Coordenadores e Gerentes da PGE/PA. Seu objetivo é avaliar o desempenho institucional e orçamentário do Órgão no exercício 2023, último ano do atual Plano Plurianual (PPA).

As análises que apresenta foram organizadas para conectar informações que se complementam e baseiam-se em dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual (Sigplan) e do Sistema de Execução Financeira e Orçamentária do Estado do Pará (Siafe).

A busca pelo desenvolvimento sustentável é cada vez mais relevante e baseia-se em eixos interconectados: econômico, social, ambiental, cultural e institucional.

Em relação aos órgãos jurídicos, a Agenda 2030 estabelece o **ODS 16 para promover sociedades pacíficas e inclusivas**. O Brasil estabeleceu uma agenda com doze metas para esse ODS e o Estado do Pará tem feito aportes significativos para atualizar os Cadernos ODS*.

O **ODS 16 facilita o alcance dos demais objetivos**, pois a paz é pré-requisito para suprir outras necessidades humanas, como trabalho, saúde etc.

A caminho da COP30, o Pará não apenas abraça a causa da sustentabilidade, mas a torna eixo central de atuação institucional. Vejamos a seguir as contribuições da PGE/PA à meta 6 do ODS 16:

ODS 16 AMPLIAR TRANSPARÊNCIA, ACCOUNTABILITY E
META 6 EFETIVIDADE DAS INSTITUIÇÕES, EM TODOS OS NÍVEIS.

A **meta 6 do ODS 16** estabelece que a **integridade no serviço público é requisito essencial** no atual estágio de amadurecimento das democracias. Trata-se de medida central para proteger princípios constitucionais e assegurar direitos e garantias fundamentais.

Sua implementação requer ações para garantir acesso à informação, promover transparência e aumentar o desempenho institucional, que podem ser materializadas com a promoção de capacitação de servidores, a implementação de regulamentos eficazes, a prestação de contas e a manutenção de canais de comunicação acessíveis etc.

A PGE/PA contribui com diversos ODS e vincula-se diretamente à meta 6 do ODS 16 por seu compromisso com valores que estimulam uma sociedade mais inclusiva, justa e pacífica. São eles: **ética, excelência, humanização, inovação, profissionalismo e transparência**.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram criados pela ONU em 2015 como parte da Agenda 2030, de combate à pobreza e proteção ambiental.



* Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/GovPA_RelatorioODS_2023_BR_14.11.pdf

Como contribuição para o alcance do ODS 16.6 no Estado, em 2023 a PGE/PA trabalhou para fazer entregas conectadas aos seus valores institucionais.



TRANSPARÊNCIA

Através do portal **SIC.PA** qualquer pessoa, física ou jurídica, pode encaminhar pedidos de informação sobre assuntos relacionados aos Órgãos/Entidades do Poder Executivo. Na PGE/PA, o **Acesso à Informação** fica a cargo da Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP).



314 pedidos de acesso à informação
242 pedidos atendidos (89%)
 17 negados com respaldo em sigilo profissional
 42 não eram pedidos (excluídos da totalização)

Outra ação foi a realização de pesquisas para ampliar a voz do cidadão e incorporar a percepção de servidores na gestão. As pesquisas de opinião integram um processo sistemático de busca, coleta e análise de dados, para conhecer o que as pessoas pensam a respeito da atuação e gestão da PGE/PA e, assim, qualificar a tomada de decisão. Sua realização, e divulgação dos resultados, promove transparência.

Para a PGE/PA as pesquisas são relevantes para avaliar o cumprimento da missão e alcance dos valores institucionais. Realizadas há cerca de 5 anos, a seguir é possível conferir o resumo de 2023.

O resumo das pesquisas realizadas em 2023 indica o seguinte cenário:

pesquisa
EXTERNA
67 respostas

- As **respostas da PGE/PA são ágeis**. Podem melhorar com novos canais de atendimento: chat e aplicativo;
- **O serviço que a PGE/PA presta é de alta qualidade;**
- Maioria das respostas a todos os itens: **excelente** e **bom**;
- **Destaques para celeridade e agilidade** (77% consideram excelente/bom o item. Em 2022 eram 56%);

pesquisa
INTERNA
(clima institucional)
103 respostas

- Evoluções notadas entre 2022 e 2023:
 - Aumento no sentimento de valorização, que foi de 14% para 46%;
 - O poder de autonomia passou de 40% para 50% na avaliação das pessoas pesquisadas;
 - Feedback evoluiu de 55% para 60%;
 - Aumentou o sentimento de pertencimento a uma equipe (de 67% para 73%).

Duas outras pesquisas foram feitas em 2023 para identificar:

- Demandas de tecnologia da informação, pela Diretoria de Tecnologia de Informação e Gestão Documental (DTIGD);
- Questões sobre equidade de gênero por comissão interna. Os resultados ainda não foram compartilhados com a comunidade, mas a abordagem é um marco inédito que tende a ter sua discussão aprofundada.

Para ampliar a transparência e o diálogo, o planejamento estratégico apontou a necessidade de novo canal de atendimento, idealizado coletivamente como **PGE Cidadão**. O projeto está em fase de elaboração, com previsão de implantação a partir de 2024, e deve integrar diversos serviços.

HUMANIZAÇÃO

O acesso à justiça efetiva direitos fundamentais e viabiliza sociedades pluralistas e pacifistas. Logo, promove e sobreleva a dignidade da pessoa humana.

2 . 4 1 3
ACORDOS
EM 2023

Métodos alternativos reduzem a litigiosidade e estimulam soluções democraticamente construídas que garantem efetividade à atuação estatal.

4 . 2 1 4
ATENDIMENTOS
EM 2023

Em 2023, a atuação da PGE/PA, via Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem (**CAMPGE**) contribuiu para o acesso humanizado à justiça e resultou em economia de tempo e de recursos.

O destaque vai para o número de atendimentos à sociedade (4.214) e para o número de acordos fechados (2.413) em 2023 pela **CAMPGE**.

9 . 5 3 8
ACORDOS
NO PPA (2020-23)



Acordômetro, serviço disponibilizado na página institucional da PGE/PA:
<https://www.pge.pa.gov.br/servicos/acordometro-pcam>.

RESUMO DA ECONOMIA setembro/2022 a agosto/2023

Diretas Civil	R\$26.035.439,35
CAMPGE (decisão definitiva)	R\$ 7.477.521,77
CAMPGE (sem decisão definitiva)	R\$10.241.981,20
Cosanpa/PFN	R\$59.392.642,82
Total	R\$69.634.624,02
5% Precatórios/RPV e CAMPGE com decisão definitiva	R\$1.675.648,06
1% CAMPGE sem decisão definitiva	R\$696.346,24
Total Geral	R\$2.371.994,30

A PGE/PA tem adotado estratégias inclusivas, ágeis e proativas. Os canais de comunicação com a sociedade privilegiam o atendimento humanizado, são variados e atingem diversos públicos:

- Atendimento presencial e por telefone;
- Mensagens via correio eletrônico;
- Contato através da página institucional;
- Perfis em redes sociais.



seguidores
Instagram: 21,2 mil
Facebook: 3,5 mill
Youtube: 733

EXCELÊNCIA

Há seis anos a PGE/PA lidera uma eficiente **Política de Gestão Documental**. Até outubro de 2023, considerando o acumulado desde sua implantação, **5.056.426 páginas já foram digitalizadas** e mais de 100 mil processos eliminados. Em 2023, **726.133 páginas** foram **digitalizadas** e **4.533 processos físicos, eliminados**.

1 0 1 . 1 3 5
PROCESSOS FÍSICOS
ELIMINADOS EM 6
ANOS

A atuação da PGE/PA é destaque entre os Órgãos do Poder Executivo e tem servido de modelo para treinamentos ministrados pela Escola Superior de Governança Pública (EGPA). Para destinar os resíduos, a PGE/PA tem parceria com cooperativas de catadores que, a cada dois meses, recebem **100 quilos de papel** picotado para reciclagem.

1 . 7 8 7
PESSOAS
CAPACITADAS
EM 2023

A **Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP)** é órgão interno de assessoramento, informação, ensino, pesquisa e extensão, dotado de autonomia técnico-pedagógica e subordinado ao Procurador-Geral. Suas atribuições incluem a promoção de eventos técnicos (cursos, seminários, palestras etc) para aprimoramento intelectual e profissional na área jurídica.

Trata-se de uma estratégia para promover **qualificação jurídica** na administração pública estadual, a partir de um claro compromisso institucional em relação à aprendizagem contínua para o desenvolvimento de novas competências e habilidades.

Entre **2019 e 2023, quase 9 mil pessoas (8.787) foram capacitadas** pela ESAP, média de 1.750 pessoas/ano. Em 2023, 1.787 pessoas, entre servidores, profissionais e estudantes, foram capacitadas em 47 eventos. Destaque para a **qualificação de assessores da administração direta e indireta: 889 profissionais**.

8 . 7 8 7
PESSOAS
CAPACITADAS
EM 6 ANOS

Em 2023, a PGE/PA iniciou a implementação de mudanças na **gestão da frota automotiva**, com a conversão do veículo utilizado para transporte do Procurador-Geral, de matriz fóssil, para elétrica. O carro elétrico é menos poluente, mais silencioso e tem mais eficiência energética. Além disso, os custos de abastecimento e manutenção são menores.

Em 2023 a PGE/PA contratou de forma eficiente e eficaz.

Classificação	Valor (R\$1,00)
Material	R\$250.336,91
Consumo	12.747,60
Permanente	237.589,31
Serviço	R\$4.109.708,30
Continuado	2.596.995,30
Não continuado	1.512.713,00
Tecnologia da Informação	R\$8.256.251,62
Hardware	2.969.358,98
Software	1.472.293,78
Serviço	3.814.598,86
Gestão do Conhecimento	R\$392.886,00
Instrutoria	130.983,00
Instrumento de pesquisa	261.903,00
Obra	R\$113.800,43
Reforma	113.800,43
TOTAL	13.122.983,26

114
contratos
celebrados

44%
dos contratos
voltados para
capacitação
jurídica
(51 contratos de
instrutoria)

63%
dos investimentos
para Tecnologia
da Informação

0,09%
Investimento
consciente em
material de
consumo

Em 2023 a PGE/PA focou em eficiência orçamentária e priorizou a qualidade do investimento de recursos públicos. Com isso, apenas 0,09% do orçamento foi alocado em material de consumo e, em contrapartida, houve robustos investimentos em tecnologia da informação e formação continuada.

Também foi o ano de instituir boas práticas na governança das compras públicas, alinhadas ao PEI e à Nova Lei de Licitações (Nº14.133/2021). Assim, com amparo no Decreto Estadual Nº2.227/2022, e na Portaria interna Nº212/2023-PGE.G, PGE/PA estruturou os seguintes materiais:

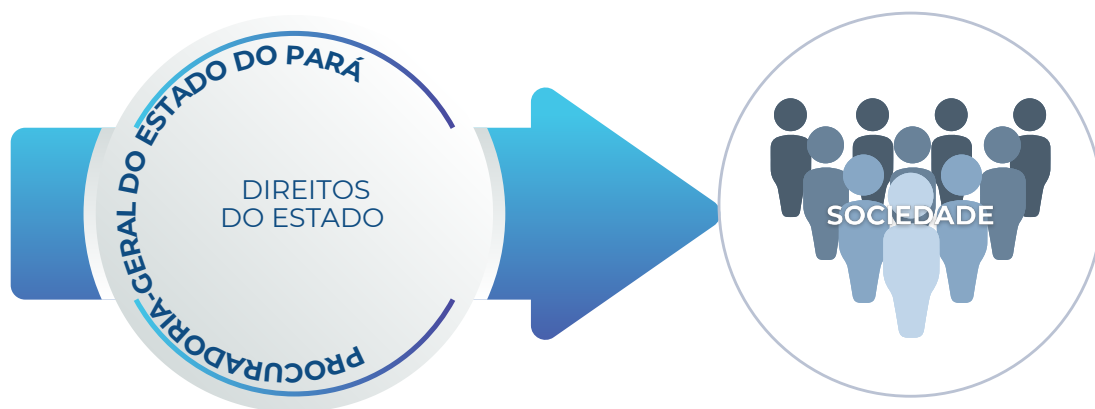
Plano Anual de Contratações (PAC)

Para mapear e disponibilizar à sociedade o resumo das compras e contratações planejadas para 2024. Visa contribuir com o mercado para aumentar chances de êxito das contratações no âmbito da PGE/PA.

Plano de Tratamento de Riscos dos Macroprocessos de Contratação

Orienta procedimentos de mapeamento e classificação de riscos a partir de uma matriz, conta com recomendações para aprimoramento organizacional em relação às compras públicas.

O Estado do Pará existe para articular políticas públicas que garantem a efetivação de direitos fundamentais (vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade). Para contribuir com esse objetivo, **a PGE/PA realiza com exclusividade a defesa dos direitos do Estado no plano jurídico**, tanto nas esferas judicial e administrativa, quanto consultiva.



A atuação da PGE/PA viabiliza a implementação de políticas públicas em diversas áreas e escalas de proteção, em ações relacionadas à defesa de competências e prerrogativas, enfrentamento de questões territoriais e ambientais de grande impacto e repercussão, defesa de interesses em todas as esferas e instâncias, suporte para incremento da arrecadação, uniformização de entendimentos na administração direta e indireta, além da defesa da legalidade e da constitucionalidade etc.

No Plano Plurianual (PPA), o produto dessa ação é “processo analisado” e, numericamente, qualifica a atuação da PGE/PA a partir da avaliação do volume da movimentação processual mensal.

Uma análise mais apurada dos dados, entretanto, revela que, quanto mais processos são movimentados, mais presente e forte na sociedade é a atuação do Órgão que defende os interesses do Estado.

O comparativo entre 2023 e anos anteriores indica um cenário de franca escalada e sinaliza que o aumento da litigiosidade, pela via da ampliação do acesso à justiça, tem sido devidamente suportado pela PGE/PA.



O PPA é estabelecido por lei, com vigência de quatro anos (médio prazo), e estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo poder público

PROCESSOS MOVIMENTADOS EM 2023

- 265.040 mil
Região Guajará
Belem e Brasília
- 76.618 mil
Região Carajás
Marabá*
- 85.857 mil
Região Baixo
Amazonas
Santarém*

**960.678**
PROCESSOS NO PPA

- 437.730 em 2023
- 348.653 em 2022
- 93.359 em 2021
- 80.936 em 2020

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

humanização inovação profissionalismo
excelência transparência ética

437.730
PROCESSOS EM 2023

81%

aumento da movimentação processual em 4 anos (2020 - 2023)

DÍVIDA ATIVA	169.417
REGIONAL SANTARÉM*	85.857
REGIONAL MARABÁ*	76.618
DEMANDAS DE MASSA	60.603
PRECATÓRIOS E RPVS	11.578
CÍVEL, TRABALHISTA E ADMINISTRATIVO	8.788
FUNDIÁRIA, MINERÁRIA E AMBIENTAL	6.224
SETORIAL BRASÍLIA	3.039
FISCAL	2.888
CONSULTIVA E ATOS DO GOVERNADOR	2.029
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO	274

* inclui processos de especializadas (PFAM, PDA).

Ação proposta pelo Estado julgada procedente, com reconhecimento da mora inconstitucional e determinação de prazo para o Congresso legislar. Se isso não acontecer até junho de 2025, o TSE poderá ajustar a representação parlamentar do Estado.

Ação vanguardista, de grande relevância, com pedidos sofisticados integralmente deferidos pelo Supremo.

Ação com **potencial de desestruturar o sistema previdenciário estadual** sob alegação de que militares e civis não podiam conviver na legislação previdenciária. Seu acolhimento traria altos custos para recompor fundos previdenciários e pagamento de retroativos. **Julgada improcedente.**

Ação ajuizada para desconstituir sentença do STF na ACO 714, que reconheceu como correta a divisa atual entre os Estados do Pará e Mato Grosso. **Seguimento negado após contestação do Estado do Pará.**

A ação da PGR foi julgada procedente e, como efeito, servidores estatutários não estáveis deveriam ser retirados do regime próprio. **O Estado recorreu e obteve modulação de efeitos da decisão**, para preservar servidores estatutários não estáveis com tempo para aposentadoria no regime próprio.

Em Brasília, a **Procuradoria Setorial** representa o Estado do Pará.

ADO Nº 38

Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão do Congresso Nacional. Tema: Déficit de 4 Deputados Federais na bancada paraense, por mudança demográfica e ausência regulamentação art. 45, §1º da CF.

ADI Nº 5.154

Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 2014. Tema: Regime de Previdência de militares e servidores.

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2.964

Ajuizada pelo Mato Grosso. Tema: Conflito federativo e divisa territorial.

ADI Nº 7.198

Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Tema: Constitucional Previdenciário.

Para uniformizar entendimentos jurídicos na administração Direta e Indireta, em 2023 as Procuradorias Consultiva (**PCON**) e de Assessoramento Jurídico à Chefia do Poder Executivo (**PGOV**) elaboraram **936 peças**. Nos últimos 5 anos **5.699 peças consultivas** foram elaboradas pelos dois setores.

Também foram publicados **4 manuais em 2023***, com orientações sobre consultoria e pesquisa jurídica, patrimônio verde e identidade visual, esses dois últimos de autoria de outros setores.

999
PARECERES

79
NOTAS
TÉCNICAS

47
MANIFESTAÇÕES

NOVOS PROGRAMAS

Alfabetiza Pará
Educação escolar indígena
Escola Segura
Dignidade Menstrual nas Escolas
Dinheiro na Escola
Segurança Alimentar Nutricional

5.699
PEÇAS EM 5 ANOS

NOVAS POLÍTICAS

Política Estadual de Assistência Social
Educação Formal para o Meio Ambiente

588
PROJETOS DE LEI
ANALISADOS
16 VETOS INTEGRAIS

NOVAS SECRETARIAS DE ESTADO

Povos **Indígenas**
Igualdade Racial e Direitos Humanos

1.269
ATOS NORMATIVOS
NA BASE DE DADOS

ALGUNS TEMAS REGULAMENTADOS

- Benefício a famílias em vulnerabilidade social por calamidade;
- Programa Qualifica Servidor;
- Programa Estadual Estrutura Pará;
- Câmara Técnica de Políticas Públicas para Mulheres;
- Programa de Educação e Formação Superior “Forma Pará”;
- Programa Dinheiro na Escola Paraense;
- Comitê Estadual para captação de recursos para políticas públicas sobre conservação ambiental e mudanças climáticas.

446
DECRETOS ANALISADOS

* Confira: <https://www.pge.pa.gov.br/publicacoes/manuais>

As Procuradorias da Dívida Ativa (**PDA**) e Fiscal (**Profisco**) caminham para a total digitalização do acervo processual. Em 2023, 80% do legado de Cédulas da Dívida Ativa (CDA) da Secretaria de Fazenda (Sefa) foram vinculados a processos judiciais, o que indica avanços em relação à digitalização da dívida ativa. A seguir, os principais destaques em 2023:

- Ajuizamento de 4 ações cautelares contra grupos econômicos que praticaram fraudes tributárias;
- Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) em ações sobre incidência de imposto de renda sobre Gratificação de Complementação de Jornada Operacional de servidores civis e militares estaduais. Objetivo: garantir **isonomia e segurança jurídica**;
- Estabelecimento de requisitos para **apólice de seguro como garantia de crédito estadual** em âmbito administrativo, sem necessidade de recorrer ao Judiciário (Portaria N°432/2023);
- Atuação com a Setorial Brasília na **suspensão de decisão judicial** que causaria imediato prejuízo de R\$ 98 milhões ao erário estadual;
- Criação do **Núcleo de Transação Tributária** e ampliação do **Núcleo de Cobrança Administrativa**, que protestou 166.417 títulos, no valor de R\$6.831.126.218,50, com 5.134 títulos já quitados (R\$9.347.953,94)*;
- Uso do parcelamento para regularizar inadimplência. O valor negociado pela PGE/PA (pago/parcelado) em 2023 gerou uma carteira de R\$ 92.239.350,79;
- Destaque para a recuperação tributária**. De janeiro a agosto de 2023 o Estado **arrecadou R\$1.145.819.916,00 em dívida ativa e Prorefis**;
- **Extinção de 4.077 Execuções Fiscais** que cobravam Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de pessoas físicas, para focar na recuperação de créditos que incrementam a arrecadação.

R\$1 bilhão

ARRECADADOS EM DÍVIDA ATIVA E PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FISCAL (PROREFIS)

166.417

TÍTULOS PROTESTADOS (R\$ 6 BILHÕES)

- Fonte: Relatório CENPROT, p. 4501.
- ** Fonte: Boletim Mensal de Arrecadação, Sefa/PA.
- *** Amparo legal: Lei estadual N°8.870/2019

Com as Procuradorias Regionais instaladas em Santarém e Marabá, a PGE/PA marca presença em duas importantes regiões de integração: Baixo Amazonas e Carajás. A seguir, os destaques das equipes que atuam no interior do Estado:

BAIXO AMAZONAS

- Ajuizamento de Ação Civil Pública no contexto do término do Contrato de Gestão do Hospital Regional com a Organização Social Pro-Saúde, visando depósito judicial de
R\$ 11.717.000,00
- Defesa do Estado em Ação Civil Pública para reforma de setores do Hospital Regional. Ajuizada contra o Estado do Pará, com intensa participação da Regional Santarém em reuniões, inspeções judiciais e audiências.

172.690*

PROCESSOS MOVIMENTADOS
NAS DUAS REGIONAIS EM 2023

CARAJÁS

- Ação Civil Pública para depósito de verbas rescisórias dos trabalhadores da Organização Social Pro-Saúde no Hospital Regional Público do Sudeste do Pará (HRSPA).

Contexto: Ação inédita. O processo tem grande repercussão social e é marcado por forte atuação preventiva para resguardar interesses do Estado. Houve grande mobilização dos Procuradores e servidores, com diligências estratégicas na primeira e segunda instâncias do TRT8.

- Defesa do Estado em Ação Civil Pública para pagamento de verbas a trabalhadores do HRSPA, no contexto do término do Contrato de Gestão com a Organização Social Pro-Saúde, com pedido de danos morais coletivos de R\$ 300.000,00

Contexto: O processo possui grande repercussão social e desencadeou forte atuação preventiva da Regional Marabá. O Estado não foi condenado a pagar verbas rescisórias e o valor do dano moral coletivo foi significativamente reduzido.

*Inclui processos de especializadas (PFAM, PDA).

Na sociedade contemporânea alguns conflitos podem atingir várias pessoas simultaneamente. Isso decorre da massificação social, que requer respostas jurídicas mais ágeis e assertivas. As **demandas repetitivas**, ou **demandas de massa**, correspondem a diversas ações sobre a mesma questão de direito, em demandas que podem, e devem, ser resolvidas pelos Tribunais Superiores..

Para a PGE/PA, a luta pela justiça representa um compromisso e, ao mesmo tempo, uma estratégia direcionada à promoção de isonomia e segurança jurídica. O tema é acompanhado pela Procuradoria de Demandas de Massa (**PDM**), que movimentou em 2023 cerca de **60 mil processos**, e apresenta os seguintes destaques:

CONTRATO
TEMPORÁRIO -
FGTS
REGULARIDADE
DOS 2 PRIMEIROS
ANOS DE
CONTRATO

Face a complexidade e as implicações legais associadas aos casos de contratos temporários que excedem o prazo de duração previsto na Lei Complementar N°07/1991 (*1ano, prorrogável, no máximo, por igual período, uma única vez*), a **PDM** definiu uma estratégia para assegurar soluções igualitárias em centenas de ações pendentes de julgamento no Poder Judiciário: instaurar o IRDR para **julgamento uniforme da questão**.



Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR): Instituto processual direcionado aos presidentes dos tribunais de segunda instância para suspender as ações que tratem da mesma controvérsia jurídica. Garante celeridade, segurança jurídica e isonomia.

A conquista de decisões favoráveis ao Estado em demandas que envolvem pedidos de escalonamento de soldo representa, no contexto da legalidade e da economia, um importante marco.

No sentido da legalidade, garante segurança jurídica e previne abusos, sendo essencial para o funcionamento adequado das instituições, aumento da confiança na administração pública e construção de uma sociedade onde todos são iguais perante a lei. **A legalidade é um alicerce crucial para a construção de sociedades justas, transparentes e democráticas.**

ESCALONAMENTO
DE SOLDOS

No sentido da economia, traduz-se em benefícios para todos, uma vez que **a gestão financeira eficaz, como medida de eficiência na prestação do serviço público, é essencial para o desenvolvimento da sociedade.**

A Procuradoria de Precatórios e Requisição de Pequenos Valores (**PRPV**) atualiza diariamente o controle de processos aptos a pagamento de Precatórios e RPPVs. O controle dos débitos por tema é nominal (pelo valor requisitado, sem atualização), a partir de verificação de existência, ou não, de acordo via Câmara de Conciliação da PGE/PA.

Em 2023, a **PRPV** auditou 270 Precatórios e 4.023 RPPVs, estes últimos nos seguintes temas:

4.293
ANÁLISES DE ORDENS DE
PAGAMENTO EM 2023

Defensor dativo	1646 (41%)
Pequeno valor	1189
Conciliação	630
Piso salarial	272
Abono Polícia Civil	148
Indiretas	104
Fundações e Autarquias	34

A estimativa global de pagamentos em 2023 é de cerca de 53 milhões de Reais (R\$53.436.221,45). Apenas com Defensores Dativos, tema de maior recorrência (41% das RPPVs), a PGE/PA deve encerrar o ano com 1.646 RPPV's pagas, que totalizam 10,5 milhões de Reais (R\$10.564.265,66).

O **maior número de pagamentos acontece na Justiça Comum** (ações cíveis propostas junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará) e **o crescimento do número de ações ajuizadas tem sido historicamente absorvido pela PGE/PA**, tanto com aumento da movimentação processual, quanto pelo número de ordens de pagamento atendidas.

A seguir, um entre vários destaques de 2023:

No Processo Judicial N° 0002452-74.2014.814.0018 o Estado foi condenado a pagar um Precatório de valor expressivo (cerca de R\$ 20 milhões, sem atualização), oriundo de indenização por desapropriação indireta, no Município de Belém. Seu pagamento deveria ocorrer ainda em 2023, mas a diligente atuação da **PRPV** resultou na proposição de Ação Civil Pública que suspendeu o pagamento e abriu espaço para o Estado discutir o título indenizatório.



Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPPVs) são modalidades de pagamento decorrentes de processos judiciais com trânsito em julgado em ações movidas em face da Fazenda Pública. A grosso modo, Precatórios pagam dívidas maiores e RPPVs, dívidas menores.

Liminar deferida. Concedida a Segurança. Embargos de Declaração acolhidos parcialmente, para reconhecer efeitos da Medida Cautelar na Suspensão de Segurança N°5.634/PA. Determinação de **suspensão dos efeitos das decisões proferidas** até o trânsito em julgado do mérito do Mandado de Segurança.

SS 5634

Obtenção de **suspensão dos efeitos de decisão cautelar pelo STF**

Tema: Concurso de Delegado de Polícia Civil (C-149)

Processo sobrestado por Recurso Extraordinário com **REPERCUSSÃO GERAL**

TEMA: INDENIZAÇÕES
RESPONSABILIDADE
SUBSIDIÁRIA DO ESTADO

Concedida tutela antecipada. Sentença parcialmente procedente. Acórdão improvido. Negado seguimento ao Recurso de Revista (RR) do Estado. Improvido o Agravo de instrumento em RR.

O **Estado interpôs Recurso Extraordinário e obteve suspensão do processo com Repercussão Geral no STF.**



REPERCUSSÃO GERAL:

Instituto processual que reserva ao STF o julgamento de temas que apresentam questões relevantes (econômicas, políticas, sociais ou jurídicas) que ultrapassam os interesses subjetivos da causa.

Escalonamento de **SOLDO**

Trata-se de revogação tácita da Lei Estadual N°7.617/2012, que fixa Soldo das Corporações Militares do Estado, em decorrência da publicação da Lei Estadual N°9.271/2021. A **PCTA** elaborou **modelo de Contestação e as peças sobre o tema foram apresentadas pelo Robô Mana.**

INEDITISMO

GRILAGEM DE CARBONO

A Procuradoria Fundiária, Ambiental e Minerária (**PFAM**) identificou indícios de grilagem de carbono no projeto REDD+ Vale do JARI, realizado pela empresa Jari com a Biofílica Ambipar Environment, que estaria incidindo sobre a Gleba “Arraiolos”, em Almeirim, arrecadada pelo Iterpa em 2018.

Em 2023, a **PFAM** reivindicou a Área Pública Estadual (APA) degradada para implantar projeto de regeneração ambiental e explorar crédito de Carbono.

PROTEÇÃO ANIMAL

- Nota Técnica em PL aprovado como Código dos Animais;
- Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre a Lei Estadual N° 9.593/22, que proíbe fogos de estampido/artifício e artefatos pirotécnicos ruidosos no Estado. O TJPA firmou entendimento de que não há inconstitucionalidade.

INCREMENTO NA ARRECADAÇÃO

- Termo de Compromisso entre Estado, CODEC e Alunorte com aportes para o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado;
- Parecer N°441/2023 favorável à aplicação de 100% dos valores arrecadados com compensação ambiental pelo IDEFLOR-Bio.

- O Decreto N° 2369/2010 destinou a Gleba Bacajaí, no Município de Senador José Porfírio, para a agricultura familiar, sob gestão do IDEFLOR-bio. Em 2011, a FUNAI interditou parte da Gleba para estudos de caracterização da Terra Indígena Ituna/Itatá. A **PFAM** moveu ação para que FUNAI, ICMBio e IBAMA concluam procedimentos e o Estado possa implantar Unidade de Conservação ou Corredor Ecológico;
- Parecer sobre a Regulamentação da Consulta Livre, Prévia e Informada (CPLI), que visa garantir a povos indígenas e tribais participação efetiva no processo decisório da Administração.

COMUNIDADES VULNERÁVEIS

GRANDE REPERCUSSÃO

- Ação Civil Pública (ACP) para responsabilizar empresa e gestores por dano ambiental causado pela ausência de dupla impermeabilização de lagoa no aterro sanitário de Marituba;
- Análise de Decreto e aprovação de Parecer para retificar o Canal do Toras e corrigir alagamentos na BR 316;
- Regularização imobiliária do Colégio Gentil Bittencourt, que resultou em contrato de cessão, com contrapartida de, no mínimo, 30 bolsas integrais ou 60 parciais, para alunos da rede pública estadual.

NOVO
PARADIGMA

- Parecer sobre direito à indenização do titular do domínio do bem expropriado e, também, de quem tiver sobre ele direito real limitado ou direito de posse. Aplicável a títulos de concessão de uso para fins de moradia emitidos pela UFPA para ocupantes de áreas alcançadas por macrodrenagem do Tucunduba, em Belém;

PRECEDENTE

- Atuação em ação de indenização por danos materiais e morais (Processo: 2022.01.025944), com pedido de indenização por dano emergente e lucro cessante pelo fato do Estado não ter cumprido liminar para retirar invasores da Fazenda Volta do Rio, localizada em Eldorado do Carajás. Condenado em R\$5.142.063,00, apenas em relação ao dano de perda de engorda do gado, o Estado tem chance de levar o tema ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), por descobrir que a parte moveu o gado para a área vizinha, de familiares, e não houve prejuízo.

LIMINARES

- Reintegração de posse à COHAB, para assentamento de 10.420 pessoas no Residencial Liberdade I e II;
- Diversas liminares obtidas de modo célere para imissão na posse de imóveis na área do BRT e garantir avanços na obra.

A Procuradoria do Contencioso Administrativo (**PCAD**) atua em ações não judicializadas com complexidade política, social e econômica. Com foco em prevenção e economia, a especializada aproxima a PGE/PA do Tribunal de Contas do Estado (TCE), acompanha e controla todos os Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) da Administração Direta, com perspectiva de fazer o mesmo trabalho em relação a Autarquias e Fundações, a partir de 2024.

Nossos destaques em 2023:

- Representação do Consórcio Novo Pará ao TCE, em desfavor da SETRAN, por suposta inobservância de ordem cronológica de pagamentos em contrato firmado em caráter emergencial, para restauração, recuperação e conservação de trechos da PA-150. Após atuação da PCAD, **o TCE julgou a Representação improcedente** e manteve o contrato para evitar prejuízos ao Estado;
- TAC firmado em 2014 pelo Estado e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) com o Ministério Público do Estado (MP/PA) para substituição de servidores temporários por efetivos (Concurso C218). A atuação articulada pela PCAD viabilizou resultou na **nomeação dos aprovados e encerramento de 94 contratos temporários**, com **arquivamento de processo** que tramitava há quase uma década;
- Representação formalizada pela empresa Limpar Limpeza e Conservação contra Pregão Eletrônico da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) para contratação futura de empresa especializada em serviços de agente de portaria. A atuação da PCAD levou o TCE a julgar a Representação improcedente e determinar seu arquivamento. **A decisão permitiu a continuidade na prestação do serviço em 927 escolas públicas** e beneficiou 1.100 (mil e cem) trabalhadores contratados.

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI), realizado em 2022, trouxe novas perspectivas organizacionais para a PGE/PA, ao revisitar seu direcionamento estratégico e atualizar Missão, Visão, e Valores. Também construiu objetivos a partir de 4 perspectivas – Aprendizagem e Pessoas; Estado e Sociedade; Processos; e Financeiro – que compõem o Mapa Estratégico da instituição.

No decorrer de um ano após a conclusão do PEI, algumas ações referentes aos objetivos estratégicos foram realizadas, como resultado do compromisso assumido pela instituição de transformar o planejamento em realidade.

Em 2023, a ação prioritária foi a elaboração dos fluxos dos principais processos de todos os setores. Ação de grande importância, por permitir enxergar oportunidades, entraves e dificuldades, exigiu a capacitação prévia dos servidores, marcando o início do futuro Programa de Desenvolvimento Institucional. Tais mapeamentos comporão o manual de fluxos e procedimentos da instituição e acompanham a ação estratégica relacionada ao amadurecimento da gestão.

Ainda nesse sentido, outras ações merecem destaque, a exemplo dos novos procedimentos para contratação de bens e serviços, levando em conta a conjuntura da nova Lei de Licitações, que demandou a estruturação de novas rotinas internas e a capacitação de pessoal.

Outro destaque recai sobre os estudos realizados, e projetos elaborados, para reestruturação física do prédio sede, com vistas a otimizar espaços ociosos e readequar setores com necessidade de ampliação de espaço físico. A ação de reestruturação da infraestrutura tecnológica foi outro grande avanço, pois permitiu dialogar sobre parcerias institucionais, como o Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) Guamá sobre armazenamento de dados, segurança digital, e desenvolvimento de sistemas.

Em relação ao último item citado, seu principal projeto associado foi o Sistema de Conciliação (SISCAM), ação estratégica em relação ao tratamento de dados que após implementação, passará a atender a Câmara de Conciliação, a Procuradoria de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor e as Regionais Marabá e Santarém, para ampliar ações de controle, transparência e celeridade.

A gestão de pessoas na PGE/PA tem relação direta com os valores: **ética, excelência, humanização, inovação, e profissionalismo.**

Em 2023 a PGE/PA continuou investindo na gestão assertiva do capital humano. Com isso, manteve exigência de **40 horas de capacitação** por servidor da área-meio para fins de Gratificação de Desempenho de Procuradoria (GDAP).

Nesse contexto, **215 pessoas se capacitaram**, com média de **58h/pessoa**, em áreas como informática, saúde e segurança, ambiente organizacional, ética etc. Somado, o quantitativo das horas de aprendizagem alcança **2.367 horas de capacitação/ano na área meio.**

peças capacitadas
2022 2023

228 215
(meta institucional)

72 139
(FUNPGE)

Em relação a capacitações com recursos do FUNPGE, **139 pessoas** foram capacitadas em 2023 (incremento de 93% em relação a 2022).

2022	2023
448	493
remuneração	
338	366
auxílio alimentação	
239	261
vale transporte	
média/pessoas	

Em 2023, a PGE/PA remunerou em média 493 pessoas/mês, com lotação majoritária (94%, 464 pessoas/mês) na Região Guajará (Belém), proporção estabilizada nos últimos anos.

Em média, 366 pessoas receberam auxílio alimentação e 261 receberam auxílio transporte mensalmente*.

* Para o cálculo são consideradas as pessoas remuneradas, independente do vínculo (efetivo, comissionado, estagiário e membros do Conselho Superior e da Corregedoria).

Em relação ao panorama da atividade-meio da PGE/PA, suas competências regimentais são atribuídas a **duas Diretorias** imprescindíveis para a consecução da missão institucional:

- Diretoria Administrativa e Financeira (DAF); e
- Diretoria de Tecnologia da Informação e Gestão Documental (DTIGD).

Estruturadas em **quatro Coordenações**, que articulam **sete Gerências**, a equipe de **73 pessoas** que atuam nas duas Diretorias responde pelo suporte técnico e administrativo do Órgão, com responsabilidade sobre logística, aquisições, orçamento, tecnologia e gestão de pessoas.

Singularidades
que exigiram
ajustes em
2023:

- **Retomada do trabalho presencial** pós pandemia;
- Início da execução do **PEI**;
- Ajustes da **nova Lei de Licitações e Contratos** (14.330/2021);
- **Ampliação do atendimento presencial ao cidadão**;
- **Aumento do quadro** em 209 pessoas:
 - **32** Servidores (Concurso C-209) - 29 permanecem;
 - **9** Procuradores de Estado (XXI Concurso de Procurador);
 - **171** Consultores Jurídicos e Procuradores Autárquicos e Fundacionais, com a Lei Nº 9.880/2023.

A avaliação da Coordenação Administrativa (**COAD**) sobre a implementação de ações do PEI (estabelecido sobre as perspectivas Aprendizagem e Crescimento; Estado e Sociedade; Processos; e Financeira), indica mais avanços nas duas primeiras perspectivas, mas a dinâmica da PGE/PA torna impraticável acompanhar as ações de uma perspectiva, sem considerar sua interdependência com as demais, no sentido de validar e reforçar a interconexão que as caracterizam. A seguir, uma breve avaliação do avanço das principais ações.

Aprendizagem e Crescimento

A ESAP teve protagonismo, com a dinamização da oferta de treinamentos em diferentes temáticas, principalmente na área jurídica, a partir da contratação de servidores e Procuradores para favorecer abordagens e aplicação prática de saberes e conhecimentos.

No ano em que o Estado implementou o Programa Qualifica Servidor, para reforçar a importância da capacitação e atualização de conhecimento no serviço público estadual, o destaque da PGE/PA foi a meta institucional anual, relacionada à exigência de 40 horas de capacitação por servidor, em campo do conhecimento aderente às atribuições, e vinculada ao recebimento de Gratificação de Desempenho de Procuradoria (GDAP).

Ainda sob a mesma perspectiva, mas também com contribuições em relação à perspectiva “Processos”, com a vigência da Nova Lei de Licitações e Contratos (Nº14.133/2021), o Decreto Estadual Nº2.227/2022 exigiu da PGE/PA a publicação da Portaria Nº212/2023-PGE.G, que instituiu novos instrumentos para a aquisição de bens, serviços e obras.

Processos

A revisão e remodelagem de procedimentos para atender exigências estratégicas, táticas e operacionais da governança teve início com a oficina de mapeamento de processos e construção de fluxos, realizada em 28 e 29 de março de 2023. A medida seguirá evoluindo pela relevância da visão organizacional sistêmica na administração pública.

Estado e Sociedade

A descentralização da atuação institucional, com a implantação do Núcleo Consultivo da Administração Direta (NUCAD), ampliou o raio de atuação da PGE/PA e favoreceu sua proatividade, demandando ajustes em relação à disponibilização de recursos humanos e de infraestrutura.

Na prática, a relação direta com a sociedade já vinha sendo estreitada com o Serviço de Informação do Cidadão (SIC), mas adquiriu novo patamar com a implantação e ampliação da conciliação, pela via da inovação na prestação de serviços à sociedade para reduzir litigiosidade e ampliar acesso à justiça.

Por fim, cabe refletir, que o enfrentamento da pandemia, e do período pós-pandêmico, com retorno das atividades presenciais, o acolhimento adequado das pessoas só foi possível pelo avançado estágio de amadurecimento institucional, a exemplo da Gestão Documental que foi implementada para desmaterializar arquivos físicos. Esse novo momento revelou novas áreas prioritárias em relação à gestão do capital humano, como a discussão de políticas de igualdade de gênero e de qualidade de vida no trabalho.

2 Programas de governo

estruturados em ações 10 ações

GOVERNANÇA PÚBLICA

- Capacitação
- Construção e Conservação
- **Defesa dos Direitos do Estado**
- Edição e Publicação de Atos
- Tecnologia da Informação

MANUTENÇÃO DA GESTÃO

- Abastecimento
- Auxílio Alimentação
- Auxílio Transporte
- Ações Administrativas
- Recursos Humanos

A **defesa de direitos do Estado** é ação **exclusiva da PGE/PA** no PPA (entrega a missão).
Produto: processo analisado/mês.

A PGE/PA atua em três Regiões de Integração:

i) Guajará; ii) Baixo Amazonas; e iii) Carajás e administra duas fontes de recurso: a) Tesouro Ordinário; e b) Tesouro Vinculado (FUNPGE).

A PGE/PA atua em três Regiões de Integração: i) Guajará; ii) Baixo Amazonas; e iii) Carajás, e administra duas fontes de recurso: a) Tesouro Ordinário; e b) Tesouro Vinculado (FUNPGE).

R\$130.685.524,83

Orçamento
empenhado
em 2023

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PGE/PA

99,5%

do valor empenhado
foi liquidado

0,5%

restos a pagar

R\$ 129.940.375,89

Orçamento
liquidado
em 2023

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA FUNPGE

98%

do valor empenhado
foi liquidado

2%

restos a pagar

excelente desempenho
da execução orçamentária

Análise dos dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan) e do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios (Siafem) em **18.01.2024**.

Em relação à **Unidade Orçamentária PGE/PA**, o programa Manutenção da Gestão recebeu maior dotação orçamentária (96% do orçamento). Em relação à execução, o programa Governança Pública apresentou melhor desempenho (98% dos valores empenhados integralmente liquidados).

Programa	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
Governança Pública	R\$4.552.047,40	R\$4.470.125,67
Manutenção da Gestão	R\$111.555.568,08	R\$111.168.829,89
Total Geral	R\$116.107.615,48	R\$115.638.955,56

Ainda nessa Unidade Orçamentária (**PGE/PA**), o programa Manutenção da Gestão empregou a maior parte do orçamento na ação “operacionalização das ações de recursos humanos” (folha de pagamento), enquanto a Governança Pública priorizou ações de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (GTIC).

Programa / ação	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
Governança Pública	R\$4.552.047,40	R\$4.470.125,67
Capacitação de Agentes Públicos	R\$134.228,19	R\$134.228,19
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	R\$0,00	R\$0,00
Defesa dos Direitos do Estado	R\$200.357,05	R\$193.089,22
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	R\$88.999,00	R\$64.345,10
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	R\$4.128.463,16	R\$4.078.463,16
Manutenção da Gestão	R\$111.555.568,08	R\$111.168.829,89
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	R\$38.996,54	R\$28.568,29
Concessão de Auxílio Alimentação	R\$4.710.749,67	R\$4.724.202,46
Concessão de Auxílio Transporte	R\$256.161,50	R\$255.933,89
Operacionalização das Ações Administrativas	R\$2.390.543,68	R\$2.106.038,30
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	R\$104.159.116,69	R\$104.054.086,95
Total Geral	R\$116.107.615,48	R\$115.638.955,56

Corroborando a informação anterior, a análise do desembolso orçamentário em relação ao grupo de despesa indica que a maior fatia do orçamento foi alocada no programa Manutenção da Gestão, responsável pela execução de despesas com pessoal e encargos sociais.

Grupo de despesa	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
Investimentos	R\$0,00	R\$0,00
Outras Despesas Correntes	R\$12.618.336,98	R\$12.254.706,80
Pessoal e Encargos Sociais	R\$103.489.278,50	R\$103.384.248,76
Total Geral	R\$116.107.615,48	R\$115.638.955,56

Análise dos dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan) e do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios (Siafem) em **18.01.2024**.

Em 2023, a **Unidade Orçamentária FUNPGE/PA** alocou 100% do orçamento no programa Governança Pública, com execução de 98%.

Programa	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
Governança Pública	R\$14.577.909,35	R\$14.301.420,33
Total Geral	R\$14.577.909,35	R\$14.301.420,33

Nessa Unidade Orçamentária, a maior parte do orçamento foi alocada na “defesa de direitos do estado”, para custeio e investimentos.

Programa / Ação	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
Governança Pública	R\$14.577.909,35	R\$14.301.420,33
Capacitação de Agentes Públicos	R\$1.250.607,88	R\$1.246.221,88
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	R\$113.800,43	R\$113.800,43
Defesa dos Direitos do Estado	R\$13.213.501,04	R\$12.941.398,02
Total Geral	R\$14.577.909,35	R\$14.301.420,33

O grupo de despesa “outras despesas correntes (ODC)” recebeu a maior parte do orçamento, com destaque para as despesas com contratação de pessoa jurídica..

Ação / Grupo de despesa	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
Capacitação de Agentes Públicos	R\$1.250.607,88	R\$1.246.221,88
Outras Despesas Correntes	R\$1.250.607,88	R\$1.246.221,88
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	R\$113.800,43	R\$113.800,43
Investimentos	R\$113.800,43	R\$113.800,43
Defesa dos Direitos do Estado	R\$13.213.501,04	R\$12.941.398,02
Investimentos	R\$764.062,95	R\$764.062,95
Outras Despesas Correntes	R\$12.449.438,09	R\$12.177.335,07
Total Geral	R\$14.577.909,35	R\$14.301.420,33

Grupo / elemento de despesa	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
Investimentos	R\$877.863,38	R\$877.863,38
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 449052	R\$764.062,95	R\$764.062,95
OBRAS E INSTALACOES - 449051	R\$0,00	R\$0,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA - 449039	R\$113.800,43	R\$113.800,43
Outras Despesas Correntes	R\$13.700.045,97	R\$13.423.556,95
AUXILIO-TRANSPORTE - 339049	R\$2.568,00	R\$2.568,00
CONTRIBUICOES - 335041	R\$83.074,62	R\$83.074,62
DIARIAS - CIVIL - 339014	R\$201.113,51	R\$201.113,51
INDENIZACOES E RESTITUICOES - 339093	R\$24.337,73	R\$24.337,73
MATERIAL DE CONSUMO - 339030	R\$161.181,88	R\$117.681,88
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA - 339036	R\$115.568,01	R\$111.183,01
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA - 339039	R\$12.498.459,33	R\$12.269.856,31
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO - 339033	R\$613.742,89	R\$613.741,89
Total Geral	R\$14.577.909,35	R\$14.301.420,33

Análise dos dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan) e do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios (Siafem) em **18.01.2024**.



PGE

PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

www.pge.pa.gov.br
chefiagab@pge.pa.gov.br
(91) 3344-270

Rua dos Tamoios, 1671
Batista Campos
Belém / PA
CEP: 66.025-54

@pge_pa
@PGE - Procuradoria-Geral do Estado do Pará